



# REFLEXÕES EM TORNO DA ESTRUTURA INTERNACIONAL DE PODER DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

**Marcelo Affonso Monteiro**

*O artigo foi extraído de tese de mestrado do autor, defendida e aprovada em outubro de 1986, em que ele apresenta uma visão do assunto em concordância com os dados disponíveis à época. Daí para cá, outros dados foram acrescidos à conjuntura mundial, tornando discutíveis algumas colocações, além daquelas polêmicas por si mesmas.*

*A Defesa Nacional publica o artigo com duas intenções: motivar o jovem Marcelo a prosseguir no trato de assuntos como este, supostamente ausentes das preocupações de sua geração, e dar aos leitores mais experientes a oportunidade de apreciar e reagir aos enfoques de que ele se utiliza.*

## A COMPETIÇÃO ENTRE AS SUPERPOTÊNCIAS

**T**ocqueville escreveu, em 1834, ao referir-se aos povos americano e russo: "... cada um deles parece chamado, por secreto desígnio da Provi-

dência, a ter um dia nas mãos os destinos da metade do mundo" (ver (3) p. 248). É exatamente em função de tal situação que se deve analisar a oposição entre as duas superpotências: trata-se de uma disputa geopolítica pela hegemonia mundial, um confronto entre dois impérios, em tudo e por tudo

semelhante àqueles dos quais a História é pródiga (Grécia x Pérsia, Roma x Catargo, Império Romano x Sacro Império Romano-Germânico, Inglaterra x França etc.). Não se trata de um embate entre o capitalismo e o socialismo, ou entre a democracia e o marxismo-leninismo.

Americanos e soviéticos lutam pela expansão dos seus respectivos impérios, os quais apresentam diferenças intrínsecas. O império americano é fundamentalmente de natureza econômica. Visa à conquista de mercados consumidores e ao controle de recursos minerais estratégicos. O império soviético é de natureza político-militar. Visa à obtenção de fidelidade às diretrizes políticas de Moscou e de bases militares para as forças armadas soviéticas.

Observa-se que o jogo internacional de xadrez entre as duas nações vem sendo ganho pela União Soviética. E por uma razão bastante simples: os soviéticos, aparentemente alheios a objetivos econômicos, dispõem-se a auxiliar regimes antioccidentais, pelo simples fato de serem antioccidentais, mesmo que isso não lhes traga qualquer vantagem material (nem mesmo bases militares ou submissão à política externa de Moscou). Isso a torna mais "simpática", aos olhos do Terceiro Mundo, do que os Estados Unidos. Ela oferece respaldo político-diplomático a muitos países sem lhes retirar a autonomia nacional (há muitos exem-

plos, mas sem dúvida a Líbia de Kadhafi é o mais contundente), obtendo, como vantagem, apenas a perda de prestígio político do Ocidente. Os Estados Unidos, entretanto, presos à lógica de sua economia, não se permitem ter aliados no Terceiro Mundo, sem que estes se conformem aos seus interesses econômicos.

Embora os sistemas econômicos das duas superpotências não sejam os responsáveis por sua rivalidade, eles influem na lógica da expansão e na estrutura dos seus respectivos impérios. Por se encontrarem totalmente cristalizados no hemisfério Norte, é no hemisfério Sul, ou seja, no âmbito do Terceiro Mundo, que se trava a guerra entre os dois impérios.

Hoje, não se admite uma invasão repentina da Europa Ocidental, pelo Pacto de Varsóvia, ou da Europa Oriental, pela OTAN. Um conflito entre os EUA e a URSS só é imaginável, a partir de uma crise internacional originada em algum ponto crítico do Terceiro Mundo. A divisão da Europa, exatamente como ela se apresenta territorialmente hoje, é um fato consumado para os dois blocos; a do Terceiro Mundo, não.

## REFLEXÕES SOBRE A GUERRA NUCLEAR

Quanto ao emprego da guerra nuclear, como meio de conquista da hegemonia mundial, cumpre analisar as consequências de um

ataque nuclear maciço de uma superpotência contra a outra.

Semelhante ataque só poderia ser racional no seguinte sentido: uma das superpotências atacaria, de surpresa, as bases terrestres de mísseis intercontinentais do inimigo (mas não as cidades). Nesse caso, a superpotência atingida passaria a dispor, quase que somente, dos mísseis instalados em bases móveis (submarinos e bombardeiros). Disparar esses mísseis contra os mísseis terrestres do atacante significaria deixar de destruir a população do inimigo e permitir que um ataque subsequente do agressor contra as cidades do agredido fosse realizado com total impunidade. Portanto, num caso como este, a única alternativa à capitulação, disponível à superpotência atingida, seria o ataque dos bombardeiros e submarinos contra as cidades do inimigo. Contudo, seria um ataque suicida, pois provocaria uma retaliação maciça promovida por um dispositivo de ataque incólume (contando, além dos bombardeiros e submarinos, com os mísseis de bases terrestres), ou seja, uma retaliação mais destrutiva do que o ataque que a teria originado. Desse modo, poder-se-ia imaginar que a opção mais racional à disposição da superpotência cujas bases terrestres tivessem sido destruídas pela outra seria a capitulação.

Obviamente, não seria racional pensar num ataque inicial da superpotência agressora contra as cidades do inimigo ou, simultanea-

mente, contra as bases de mísseis e as cidades, pois, uma vez que suas cidades já tivessem sido devastadas, a superpotência agredida jamais deixaria — nem teria porque fazê-lo — de atacar as cidades do adversário utilizando seus bombardeiros e submarinos.

A situação acima descrita envolve um risco grande demais para ser assumido, uma vez que subsiste a possibilidade de se chegar à aniquilação nuclear recíproca.

Por um lado, pode-se argumentar que, assim como um indivíduo pode preferir a morte ao sacrifício de seus ideais, os dirigentes de uma nação poderiam preferir (e, nesse caso, isso é, inclusive, altamente provável) condenar a quase totalidade dos seus concidadãos à morte, a capitular diante do arquipélago inimigo. Em outras palavras, no caso de um ataque nuclear de uma das superpotências contra as bases terrestres de mísseis da outra, a superpotência atingida seria perfeitamente capaz de atacar as cidades do adversário com os mísseis restantes, a despeito de estar cometendo um suicídio. Poder-se-ia, inclusive, imaginar a possibilidade de um tal ataque ser desencadeado através de um sistema eletrônico que o tornasse automático, a partir da detecção de qualquer ataque nuclear do inimigo.

Por outro lado, porém, torna-se difícil imaginar um ataque nuclear repentino de uma superpotência contra a outra. Da mesma forma, se torna anacrônica a cren-

ça na retaliação maciça contra o inimigo como consequência de uma provocação militar não nuclear. Os Estados Unidos, ao constatarem a perda de sua flagrante superioridade nuclear sobre os soviéticos, mantida até meados da década de 60, substituíram a doutrina da retaliação maciça pela da resposta flexível, fazendo da guerra nuclear total uma possibilidade extrema, correspondente ao limite superior de uma escalada de violência.

O famoso projeto "Guerra nas Estrelas", perseguido pelos Estados Unidos, caso venha a ter a eficiência pretendida alterará o quadro descrito anteriormente, introduzindo a possibilidade de um ataque americano contra quaisquer alvos em território soviético poder ser efetuado impunemente. Contudo, cumpre lembrar que o projeto em questão só é viável tecnicamente no sentido de proteger o território americano; a Europa permaneceria à mercê dos mísseis soviéticos.

Além disso, a decisão de utilizar armas nucleares é extremamente complexa, mesmo quando não existe a possibilidade do revide; os americanos não atacaram os soviéticos com armas nucleares no período em que detiveram o monopólio destas, assim como não as utilizaram na Coréia e no Vietnã. O fato é que o horror aos efeitos das armas nucleares, após Hiroshima e Nagasaki, associado à importância da opinião pública, dentro

do sistema político americano, e, principalmente, os interesses do complexo industrial-militar americano, no sentido de impedir a destruição do país inimigo, que torna legítimo o prosseguimento da corrida armamentista, provavelmente impediriam os Estados Unidos de atacar os soviéticos com seus mísseis.

O efeito mais provável do projeto "Guerra nas Estrelas" será o de forçar os soviéticos a desenvolver um sistema de defesa semelhante, de modo a não depender da boa vontade dos americanos no sentido de não destruí-los. No futuro, parece inexorável a colocação de mísseis nucleares em grandes satélites ao redor da Terra, uma vez que sistemas defensivos, como o do projeto "Guerra nas Estrelas", deverão tornar obsoletos os atuais dispositivos nucleares de ataque à disposição das duas superpotências.

Mesmo assim, entretanto, a hipótese da ocorrência da guerra nuclear não pode ser descartada. Na medida em que se multiplicam os sistemas eletrônicos que automatizam o lançamento de mísseis, a partir da detecção de ataques nucleares ao território das superpotências, aumenta a possibilidade de ocorrência de uma guerra nuclear por falha técnica. Além disso, sempre subsistirá a possibilidade de uma decisão irracional dos dirigentes americanos e/ou soviéticos, principalmente se em meio a um contexto de diversas crises interna-

cionais simultâneas com envolvimento militar direto de ambas as superpotências. O próprio conceito de escalada nuclear (que prevê como níveis subseqüentes de violência: 1º — guerra convencional; 2º — uso de armas nucleares táticas contra alvos militares; 3º — uso de armas nucleares táticas contra alvos civis, provavelmente em solo europeu; 4º — uso de armas nucleares estratégicas contra alvos civis e/ou militares escolhidos; 5º — guerra nuclear total), implica em decisões de alto risco e na aposta de que o adversário não subirá o degrau seguinte da escalada. E isso implicaria na assunção da derrota diante de toda a comunidade internacional. Contudo, desconsiderando-se os sistemas defensivos do tipo "Guerra nas Estrelas", cuja utilização ainda não pode ser avaliada, se, em todas as apostas, os adversários pagarem para ver, chegar-se-á à aniquilação nuclear total.

## ESPECULAÇÕES EM TORNO DO TERCEIRO MUNDO EM TERMOS DE PODER

Se não ocorrer a guerra nuclear, o tempo corre a favor da União Soviética, em função da já citada diferença de atuação das duas superpotências no Terceiro Mundo. Os países terceirmundistas ligados à União Soviética (obviamente, excluídos seus "aliados" na Europa Oriental, por total au-

sência de autonomia nacional) podem conservar, sob o controle dos seus nacionais, a economia, os valores e a cultura do país. A União Soviética sequer exige desses países a adoção do regime marxista-leninista (o Egito de Nasser, apoiado pelos soviéticos, perseguia os comunistas dentro do país) ou a cessão de facilidades estratégico-militares. Os países do Terceiro Mundo sob influência americana, ao contrário, são induzidos a aceitar a dependência econômica, bem como os valores e a cultura americana.

É exatamente da diferença entre as estruturas dos dois impérios que decorre a vantagem soviética, na medida em que, anos após ano, o nacionalismo vai ganhando força no Terceiro Mundo, cujos países, mais e mais, ambicionam o controle total da sua própria economia, bem como um desenvolvimento valorativo-cultural isento de interferência estrangeira. É possível, assim, prever-se, em prazo não definido, uma grande cruzada nacionalista no Terceiro Mundo, com a nacionalização maciça de ativos de empresas multinacionais e a negação de compromissos financeiros internacionais.

A prosperidade dos Estados Unidos depende hoje, substancialmente, dos recursos captados por suas empresas e por suas entidades financeiras em todo o mundo. Já se foi o tempo em que o mercado interno bastava para perpetuar a dinâmica da economia americana.

Verifica-se, hoje, que os lucros obtidos pelas filiais de empresas americanas operando no exterior aumentam a uma taxa significativamente mais elevada do que aqueles obtidos por suas respectivas matrizes operando em território americano. De acordo com Raymond Aron (ver (2) p. 196), analisando a economia americana, "Entre 1950 e 1965, o montante total dos lucros resultantes dos investimentos no exterior subiu, de 2,1 bilhões de dólares, a 7,8 (em 1965), enquanto os lucros (livres de impostos) das empresas internas não-financeiras não foram além de 21,7 bilhões a 36,1. Em outras palavras, foram multiplicados por mais de 3,5 num caso e aumentados em um pouco mais de 50% no outro. Graças a múltiplos fatores e, sobretudo, ao regime fiscal, um dólar investido no exterior produz, em média, mais do que um dólar investido no mercado interno." No mesmo trabalho (id., p. 291), o autor afirma que, em relação ao ano de 1970, "... os lucros remetidos das indústrias manufatureiras no exterior elevam-se a 1.838 milhões de dólares; os lucros a 3.324 milhões de dólares...". Esses números significam que, no ano de 1970, as empresas americanas operando no exterior repatriaram para os Estados Unidos 55,3% dos lucros que obtiveram. Afirma ainda Aron (id., p. 353), com base em dados do mesmo ano, que "... as firmas americanas controlam no estrangeiro, oficialmente, uma

produção manufatureira no valor de 76,8 bilhões de dólares (duas vezes e meia o valor total das exportações americanas desses produtos)".

Todos esses dados demonstram, claramente, a extraordinária importância dos investimentos no exterior para a economia americana. Além disso, torna-se auto-evidente que os Estados Unidos necessitam, muito mais do que a União Soviética, da manutenção de sua esfera de influência no Terceiro Mundo. Os soviéticos só necessitam mantê-la por razões estratégicas; os americanos, por razões estratégicas também, mas principalmente econômicas.

O sistema bancário americano representa hoje o segundo mecanismo de dinamização da economia americana a partir da captação de recursos do Terceiro Mundo. No auge da difusão do salvacionismo desenvolvimentista (década de 70), período que coincidiu com a grande entrada de petrodólares no sistema financeiro internacional e, portanto, com a possibilidade de concessão de empréstimos vultuosos a juros baixos, os países do Terceiro Mundo, muitas vezes, em função de pressões políticas por parte dos Estados Unidos, foram levados a adotar um modelo de desenvolvimento com endividamento externo.

Com o grande aumento dos juros ocorrido na década de 80, as dívidas externas anteriormente constituídas se transformaram

num ônus insustentável para os países devedores, além de representar um mecanismo extremamente eficiente de captação de recursos por parte dos Estados Unidos, centro do sistema bancário internacional. Pode-se dizer que o Governo Reagan, ao cortar impostos, aumentando muito o déficit público e sendo assim forçado a solicitar empréstimos ao sistema bancário americano, gerando, em função da competição com o setor privado na corrida aos bancos, uma grande elevação da taxa de juros, pôde, ao mesmo tempo, aumentar o bem-estar de seus eleitores e tirar a economia do país da recessão que atingia todo o sistema capitalista mundial, simplesmente captando ainda mais recursos dos países endividados do Terceiro Mundo para serem injetados no sistema bancário americano e, em seguida, repassados para a economia do país.

Pode-se inferir, portanto, que a prosperidade econômica dos Estados Unidos pode ser elevada, simplesmente, através de expedientes governamentais, capazes de forçar artificialmente a elevação das taxas de juros relativas ao pagamento das dívidas externas do Terceiro Mundo.

Do que foi dito, é lícito especular que, se um movimento generalizado de nacionalizações e moratórias pudesse se desenvolver no Terceiro Mundo, isso representaria, para os Estados Unidos, uma redução significativa do seu nível

de prosperidade econômica e, a longo prazo, poderia determinar sua decadência.

Sem dúvida, o país recorreria à força em alguns casos, mas não poderia fazê-lo sempre e, de qualquer forma, o recurso à força aceleraria o processo: os países do Terceiro Mundo procurariam substituir os capitais americanos por capitais de outros centros, vinculados a Governos sem poder de retaliação político-militar em caso de nacionalização. Poder-se-ia, inclusive, imaginar que a situação poderia atingir o ponto em que os próprios consumidores do Terceiro Mundo passariam a recusar os artigos produzidos por filiais de empresas americanas.

A União Soviética já começa a revelar sinais de que essa situação é do seu conhecimento e que, sendo assim, teria mais a perder do que os Estados Unidos, com a guerra nuclear ou mesmo com uma guerra convencional. Não é sem motivo a insistência de Gorbachev em assinar com os americanos um acordo que reduza substancialmente o risco de guerra nuclear. Para assumir a condição de maior potência mundial, a União Soviética só precisaria assistir à desagregação do império americano e tomar o cuidado de preservar a imagem que tem no Terceiro Mundo, evitando ações como a invasão do Afeganistão — idêntica à ação americana no Vietnã.

É evidente que os soviéticos não são menos imperialistas que os

americanos. Se preservam a autonomia cultural dos países do Terceiro Mundo sob sua tutela, isso se dá porque, face à sua estrutura política interna, a União Soviética não teria meios de impor sua cultura a esses países, nem auferiria quaisquer vantagens em fazê-lo — ao contrário dos americanos, que, ao veicular o "american way of life", orientam os mercados consumidores do Terceiro Mundo no sentido da simpatia pelas empresas americanas e seus produtos. Se não obrigam esses países a adotar o marxismo-leninismo como sistema político-econômico (o Egito da época de Nasser e a Líbia e a Síria atuais são bons exemplos de tal atitude), fazem-no apenas por ser esta a melhor forma de conseguir aliados no Terceiro Mundo. É evidente que, se os Estados Unidos não existissem, os soviéticos procurariam transformar o mundo (com exceção provável da China, adversário que não se deixaria subjugar, a menos que fosse totalmente destruído) numa grande Cortina de Ferro.

Entretanto, o enfraquecimento dos Estados Unidos deverá ser simultâneo ao surgimento de potências médias no Terceiro Mundo. Pode-se, assim, especular acerca de um futuro em que o bloco soviético teria como seu opositor um bloco constituído pelos Estados Unidos, em decadência, a China, e os países do Terceiro Mundo, que, uma vez livres dos grilhões econômicos constituídos pelas empresas

e organismos financeiros americanos, passariam a ver no expansionismo soviético a maior ameaça à sua segurança.

Quanto à Europa, sua participação ativa na política internacional, hoje já restrita, deverá se reduzir ainda mais.

No que diz respeito ao Terceiro Mundo, seu quadro atual é, sem dúvida, extremamente negativo. Só haveria motivos para se crer numa alteração desse quadro, caso certas decisões, eminentemente políticas, fossem tomadas, de modo a produzir um cenário que lhe fosse favorável.

O Terceiro Mundo é constituído por países que, à exceção daqueles do subcontinente indiano, possuem baixa densidade demográfica. Em outras palavras, o Terceiro Mundo possui espaço a ser ocupado, o que a Europa já não possui e as duas superpotências já não possuem tanto. A partir de uma base econômica que permita uma expansão da economia compatível com o crescimento populacional, alguns países do Terceiro Mundo poderiam vir a ocupar, em pouco tempo, nichos geopolíticos internacionais ora ocupados por países da Europa Ocidental.

A população máxima compatível com um determinado espaço é função da tecnologia disponível. No atual estágio tecnológico dos países europeus, a sua população poderia ser significativamente maior do que a atual. Contudo, o crescimento populacional da Euro-

pa Ocidental estagnou, e não há sinais de que isso deva se alterar em horizonte previsível. Além disso, os países europeus perderam o espírito de competição, para o quê, por ironia, a própria História da Europa pode ter contribuído. Deve ser difícil sustentar o fervor nacionalista em países que encontram glórias infinitas no seu passado, mas cujo presente revela a tutela militar dos Estados Unidos contra a ameaça soviética. Deve ser penoso para os europeus saber que, em função de um conflito, iniciado em algum país do Terceiro Mundo, que levasse os dois blocos à guerra, esta provavelmente desenvolver-se-ia em solo europeu, antes que os territórios das duas superpotências fossem atingidos -- se é que o seriam. Como poderia um alemão ocidental alimentar sentimentos nacionalistas, ao contrastar a poderosa Alemanha de Bismarck com uma Alemanha dividida e pontilhada, dos dois lados, por bases estrangeiras de mísseis nucleares, uma Alemanha inteiramente à mercê de um exterminio fraticida? E o que dizer de um inglês, ao comparar a outrora senhora do mundo com um país que parece agir, aos olhos do mundo, como mero súdito dos Estados Unidos? Os europeus foram privados da esfera sociológica de suas vidas, passando a se restringir à esfera psicológica. O elevado índice de suicídios, o declínio da natalidade (a qual, segundo Oswald Spengler, é um dos sintomas mais

evidentes de decadência civilizatória (ver (10), pp. 282-85), o elevado consumo de drogas e a substituição das preocupações de natureza política ou econômica por preocupações existenciais ou ecológicas (o Partido Verde não surgiu na Alemanha Ocidental por acaso), são sintomas de uma sociedade que perdeu seus objetivos, prognosticando um processo de decadência. Sequer foi possível transferir o espírito de competição da esfera geopolítica para a esfera econômica, como fizeram os japoneses, sustentando assim a autoconsciência nacional. A Europa Ocidental provavelmente assistirá (como já o fez no caso da China) à sua superação por potências emergentes do Terceiro Mundo.

O Terceiro Mundo apresenta uma situação oposta. O passado e o presente são negativos; só é possível pensar no futuro. E, na medida em que o futuro é a prioridade, há de surgir a disposição ao sacrifício voltado para a construção desse futuro, contrastando com a atitude européia de gozar as delícias do presente. Ele mantém intacta a ambição perdida pelos europeus.

Os países do Terceiro Mundo possuem espaço e recursos minerais a serem explorados, bem como um potencial quase inesgotável de crescimento populacional, ou seja, tudo com que os europeus deixaram de contar. Falta-lhes, contudo, a adoção de uma atitude política coletiva, no sentido do

ontrôle nacional de seus recursos minerais estratégicos e dos principais setores de suas economias, de modo a sujeitar o desenvolvimento econômico a decisões tomadas internamente e voltadas para a obtenção de um crescimento econômico compatível com o crescimento populacional. A obtenção disso, dada a natalidade elevada e o espaço disponível, por si só, bastaria para alterar, radicalmente, o atual panorama Norte-Sul.

Aos países do Terceiro Mundo seria, portanto, recomendável a busca de mecanismos que pudessem evitar a internacionalização dos setores mais dinâmicos e rentáveis dos seus mercados internos. Fazendo, contudo, a necessidade de recorrer a capital de risco estrangeiro, os capitais americanos neveriam ser rejeitados e substituídos por capitais de outros países, passíveis de serem nacionalizados, a ocasião oportuna, sem o perigo de o regime do país subdesenvolvido em questão ser comprometido por pressões a retalições.

Por outro lado, sendo as dívidas externas do Terceiro Mundo matematicamente impagáveis e tendo sido as mesmas robustecidas por expedientes questionáveis (tais como as dívidas contraídas por filiais de empresas multinacionais para com as suas matrizes), os países devedores poderiam associar-se de modo a negar em conjunto os seus compromissos financeiros internacionais. Evidentemente, o caráter associativo seria essencial.

Uma ação individual suscitaria violentas retalições econômicas ou políticas contra o país que a executasse.

Os recursos minerais estratégicos, numa época em que já começam a escassear, são outro trunfo do Terceiro Mundo. A estratégia original da OPEP (que acabou sendo abandonada e inadequada aos interesses dos países desenvolvidos) poderia servir de exemplo para a organização de cartéis envolvendo os minérios de cobre, estanho, titânio, nióbio etc., com a imediata elevação dos seus preços. Isso poderia aumentar o poder de barganha do Terceiro Mundo junto aos países desenvolvidos, no sentido de obter recursos para a industrialização. Considere-se, por exemplo, a situação do Japão, país cuja economia depende totalmente da importação de matéria-prima. A solução ideal, obviamente, seria nacionalizar a produção de matérias-primas estratégicas e colocá-las no mercado internacional beneficiadas, e não brutas. Se os países da OPEP, quando de sua criação, tivessem a capacitação industrial e a firmeza política necessárias à decisão de exportar apenas derivados de petróleo, e não óleo cru, e se tivessem obtido da União Soviética o apoio militar contra uma provável intervenção do bloco ocidental, teriam gerado, entre os países desenvolvidos, a maior crise econômica de sua História, levando a economia de alguns deles à quebra total e colocando, tantos séculos

após o apogeu de Bagdá, novamente o Ocidente numa situação de inferioridade diante dos árabes.

Os países do Terceiro Mundo poderiam, ainda, barganhar com o conflito Leste-Oeste, auferindo vantagens com a neutralidade. A Índia de Nehru e o Egito de Nasser obtinham auxílio econômico tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética, ambos interessados no efeito propagandístico desse tipo de auxílio. Evitar-se-ia, assim, as consequências funestas do alinhamento com uma das superpotências, tais como a consideração, por parte da outra, do país subdesenvolvido em questão, como teatro de operações de uma eventual guerra mundial e, portanto, como possível alvo de mísseis nucleares.

Entre os países do Terceiro Mundo, alguns parecem destinados a assumir a condição de potências mundiais médias, antes que as relações estruturais Norte-Sul venham, como um todo, a sofrer alterações radicais. Desses países, destacam-se dois: a Índia e o Brasil. Para isso, eles necessitariam, além de nacionalizar as suas respectivas economias, reduzir drasticamente o nível de concentração de renda e *as desigualdades regionais*. Embora secundária em relação à questão da justiça social, semelhante medida tem também uma justificativa econômica: quando se aumenta a equitatividade da distribuição de renda de um sistema macroeconô-

mico, a propensão a consumir total de um sistema também aumenta. Dessa forma, o país subdesenvolvido que reduz o seu nível de concentração de renda aumenta o seu mercado interno, obtendo, assim, condições mais propícias a um crescimento econômico auto-sustentável. No caso da Índia, seria necessário, ainda, solidificar a consciência nacional da população.

A um prazo certamente mais longo, dois outros países do Terceiro Mundo poderiam juntar-se à Índia e ao Brasil como potências mundiais médias: a Nigéria, com sua grande população, suas reservas de petróleo e seu processo de industrialização e urbanização já em curso, e a África do Sul. Parece inexorável o fim do *apartheid* e, mais do que isso, a queda do Governo branco. Com isso, os recursos que passariam ao controle da população negra, representados por um dos subsolos mais ricos do mundo, somados à extensão territorial e ao grande impacto moral positivo que teria a vitória sobre o regime racista nas demais populações negras do continente, levariam o país a exercer uma certa influência sobre estas. Esses dois países poderiam tornar-se os líderes naturais da África Negra, o que seria um possível ponto de partida para a transformação da área mais duramente castigada pelo colonialismo em todos os tempos num bloco coeso, não-alinhado e capaz de reivindicações ativas no sentido

da alteração das relações estruturais Norte-Sul.

Entre os países desenvolvidos, somente dois poderiam somar-se os países do Terceiro Mundo já citados, como futuras potências mundiais médias: a Austrália e o Canadá, na medida em que promovesssem um grande crescimento populacional, destinado a ocupar seus respectivos — e imensos — territórios, devendo ainda, o Canadá, nacionalizar drasticamente sua economia (totalmente dominada por empresas americanas) e resolver o problema da unidade nacional entre as duas etnias (anglo e francó-canadenses) que integram a população do país. Além desses eventos, os dois países deveriam sair do alinhamento com o bloco ocidental, buscando, assim, uma esfera de influência própria.

Semelhante análise leva, porém, a apontar como extremamente remota a possibilidade de esses países ascenderem à condição de potências mundiais médias, embora devam continuar ostentando rendas per capita e níveis de vida superiores aos de qualquer país do

Terceiro Mundo, pelas próximas décadas.

## REFERÊNCIAS

- (1) ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Trad. Sergio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1979.
- (2) \_\_\_\_\_. *República Imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra*. Trad. Edilson Alkmin Cunha. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- (3) CHEVALIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Trad. Lygia Cristina. Rio de Janeiro, Agir, 3<sup>ed.</sup>, 1980.
- (4) ELLUL, Jacques. *A Técnica e o Desafio do Século*. Trad. pref. Roland Corbisier. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- (5) FREYER, Hans. *Teoria da Época Atual*. Trad. F. Guimarães. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- (6) HACKETT, John, General Sir. *A Terceira Guerra Mundial*. Trad. Heliodora Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980. 2v.
- (7) MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Trad. pref. e notas de Lívio Xavier. São Paulo, Atena; 4<sup>ed.</sup>, 1955.
- (8) RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis. Vozes, 4<sup>ed.</sup>, 1983.
- (9) \_\_\_\_\_. *O Processo Civilizatório*. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.
- (10) SPENGLER, Oswald. *A Decadência do Ocidente*. Ed. condens. Helmut Werner. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro, Zahar, 3<sup>ed.</sup>, 1982.
- (11) TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe-Terra: uma história narrativa do mundo*. Trad. Helena Maria Camacho Martins Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro, Zahar, 2<sup>ed.</sup>, 1982.

**MARCELO AFFONSO MONTEIRO** é graduado em Engenharia Metalúrgica (UFRJ) e Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ). Foi um dos organizadores da coletânea de entrevistas "Que Crise é Esta? nº 2", publicada pela Editora Brasiliense em 1985, em co-edição com o CNPq. É professor do curso de Engenharia da Fundação Souza Marques, onde leciona as disciplinas Economia e Administração. O presente artigo foi retirado de sua tese de mestrado — Ciência e Tecnologia no Marco Histórico das Relações Internacionais —, defendida e aprovada em 20 de outubro de 1986.